**Escravatura no Brasil**

Os escravos foram a força motriz da economia brasileira até ao fim do século XIX. As monoculturas no Brasil, primeiro a cana-de-açúcar e depois a cultura do café, necessitavam de uma mão-de-obra numerosa e barata. Os portugueses que tinha ido para o Brasil não iam para trabalhar na lavoura mas sim para fazer fortuna, logo o trabalho pesado teria de ser feito por alguém. O índio foi o primeiro a ser escravizado para trabalhar na cultura nascente da cana-de-açúcar. Os problemas começaram a surgir muito cedo, pois os indígenas mostravam-se rebeldes à sedentarização e ao trabalho forçado recorrendo a medidas drásticas como o assassinato, a embriaguez ou a fuga. Por seu lado, os Jesuítas mal chegados ao Brasil, tomaram a causa dos índios em mãos. Protegiam-nos dos abusos dos senhores de engenho colocando-os em aldeias criadas para o efeito, onde cultivavam o seu sustento e aprendiam a doutrina. Apesar destas acções, isso não impediu que a escravidão do índio brasileiro continuasse a par da escravização do negro. Nas cidades do sul era frequente empregar os índios em trabalhos domésticos.

Um factor decisivo, para a mudança da política esclavagista, foi sem dúvida o facto do trafico negreiro representar uma empresa muito mais lucrativa do que a captura dos índios em terras brasileiras. O tráfico negreiro era um monopólio estatal desde D. João II e a crescente procura de braços para trabalhar nos engenhos que se multiplicavam rapidamente, levou a que se intensificasse o comércio de escravos entre África e o Brasil.

A proveniência dos negros capturados em África pode ser dividida em dois grandes grupos. Com características próprias, temperamento dócil ou agressivo cada grupo dava origem a preferências no mercado negreiro: trabalho pesado ou doméstico. Os Bantos eram originários da África Equatorial e Tropical e eram capturados ou traficados nas terras do Congo, Guiné e Angola. Por sua vez os Sudaneses vinham da África Ocidental, do Sudão ou do norte da Guiné. Entre os Sudaneses havia negros islamizados. Estes protagonizaram uma das mais famosas revoltas de escravos, a Revolta do Malês, em Salvador na Baía, em Janeiro de 1835. Os escravos eram empregues para trabalhar nos engenhos de açúcar, nas minas ou nas cidades. As condições de vida na fazenda variavam segundo o senhor-de-engenho, mas normalmente o escravo tinha um dia de descanso para se dedicar ao cultivo de uma horta. As mulheres, em geral as mais bonitas, eram escolhidas para fazerem os trabalhos domésticos. O escravo que trabalhava nas minas gozava de mais liberdade e tinha mesmo a oportunidade de garimpar em seu proveito. As mulheres eram uma minoria e dedicavam-se à prostituição, o que lhes permitiria juntar algum dinheiro para comprar a carta de alforria. Os escravos das cidades trabalhavam nas casas, no comércio ou como artesãos. O ensino de um ofício a um escravo era uma mais valia na altura de ser vendido.

A escravatura negra, apesar de um conformismo aparente, não foi passiva. As formas de resistência dos escravos negros iam desde as fugas individuais ao suicídio, passando por formas mais organizadas, como a constituição dos quilombos ou a associação em Irmandades Religiosas. Os quilombos eram aldeias de escravos fugidos fundadas em locais de difícil acesso. O mais famoso destes foi o de Palmares em Alagoas. As Irmandades Religiosas ofereciam protecção e apoio e aos seus membros. Os escravos podiam mesmo almejar a liberdade com a ajuda destas instituições. A fusão do catolicismo com as crenças africanas resultou numa simbiose religiosa, como o candomblé, que hoje empresta um cariz muito próprio à vida espiritual brasileira, sobretudo na região da Baía.